



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE HISTÓRIA

FRANCISCO EVERTON ALVES

**PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTENCIALISMO AOS POBRES E
MIGRANTES DA SECA NO PIAUÍ (1877-1879).**

PICOS – PI

2021

FRANCISCO EVERTON ALVES

**PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTENCIALISMO AOS POBRES E
MIGRANTES DA SECA NO PIAUÍ (1877-1879).**

Monografia apresentada como exigência para obtenção do diploma do curso de licenciatura plena em História da Universidade Federal do Piauí / Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

PICOS-PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

A474p Alves, Francisco Everton

Práticas de caridade e assistencialismo aos pobres e migrantes da seca no Piauí (1877-1879) [recurso eletrônico] / Francisco Everton Alves – 2021

40 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Licenciatura Plena em História, Picos, 2021.

“Orientador: Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.”

1. Seca. 2. Assistencialismo. 3. Trabalho. 4. Pobreza I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 981.812 2

Maria José Rodrigues de Castro CRB 3: CE-001510/O

FRANCISCO EVERTON ALVES

**PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTENCIALISMO AOS POBRES E
MIGRANTES DA SECA NO PIAUÍ (1877-1879).**

Monografia apresentada como exigência para
obtenção do diploma do curso de licenciatura
plena em História da Universidade Federal do
Piauí / Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da
Costa Monteiro.

BANCA EXAMINADORA:

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro - Orientador
Instituição: Universidade Federal do Piauí - UFPI

José Lins Duarte

Prof. Dr. José Lins Duarte
Instituição: Universidade Federal do Piauí - UFPI
Examinador 1

Cássio de Sousa Borges

Prof. Me. Cássio de Sousa Borges
Instituição: Universidade Federal Do Piauí - UFPI
Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Gostaria de demonstrar meus agradecimentos primeiramente a Deus, por permitir que eu esteja aqui vivenciando essa experiência e a possibilidade de conseguir realizar um curso ensino superior, público e de qualidade. Foi no decorrer desse percurso que pude realizar este trabalho de conclusão de curso e também meu desenvolvimento enquanto ser humano e cidadão, ou seja, de meu aprimoramento na arte de viver.

Sou imensamente grato aos programas de auxílio estudantil, como a PRAEC, programa que tive acesso após meu primeiro ano na universidade, que com certeza foi um marco extremamente importante para meu desempenho no curso, pelo fato estava muito difícil continuar, já que eu andava vários quilômetros a bicicleta para chegar à universidade, onde permanência o dia todo, utilizando como instrumento de estudo, apenas um celular bastante precário em relação sua condição de uso, muitas vezes não conseguia tirar as xerox necessárias, e procurava os textos em PDF disponível na internet, escrevia as provas no caderno, para poder digitar algumas vezes em notebook de algum colega próximo. Então com a PRAEC eu comecei a ter maior tranquilidade para estudar e melhorar meu desempenho que não havia sido tão satisfatório no primeiro ano no curso, embora dentro das condições desafiadas enfrentadas naquele momento não serem favoráveis a tal aptidão.

Grato também aos projetos e programas que pude participar ao longo da graduação, em especial ao PIBID Programa institucional Bolsista de Iniciação a Docência, onde tive a oportunidade de ter meus primeiros contatos com a escola enquanto docente em formação. Além de poder contar com o apoio de excelentes profissionais tanto na universidade com a coordenação do programa, quanto na escola com a docente que nos auxiliou ao longo desse processo, e ainda receber uma bolsa que foi de essencial importância para garantir a minha permanência na universidade e poder me dedicar nas atividades do programa.

Além disso, por tido a oportunidade de participar do PIBIC, Programa institucional Bolsista de Iniciação Científica, outro momento que foi de crucial relevância em minha vida na universidade, tanto na questão do apoio a garantia de minha permanência na universidade nos anos finais de minha graduação, quanto, por também ter me possibilitado entrar em contato com a pesquisa científica, a documentação histórica e temática, inclusive as que utilizei no projeto de conclusão de curso.

Quero agradecer principalmente a minha família que sempre me apoiou em minhas escolhas, estando lado a lado no decorrer desse processo, meu pai, minha mãe, meu irmão, minhas tias, todos eles fazem parte desse trajeto que pude percorrer até o momento.

Gratidão aos colegas que pude conhecer e compartilhar bons momentos de aprendizado e afetos, acontecimentos e sentimentos que nos transformam na medida que nos tocam. Por fim, aos professores e professoras que tive no curso de História da UFPI de Picos, aos demais profissionais que se empenham e unindo forças, fazem com que a universidade aconteça.

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é coletar e analisar fontes que abordam acerca da vida e do trabalho cotidiano dos trabalhadores da seca (1877-1879), bem como as relações que foram estabelecidas entre estes e as autoridades, sobretudo, nas correspondências, petições, relatórios encaminhados às Comissões de Socorros Públicos do Piauí. Portanto, nosso interesse é o de analisar as ações mediadas por essas comissões, pois produziram uma gama de fontes manuscritas valiosíssimas para a historiografia, com focos nas relações sociais entre os proprietários de fazendas, os migrantes e as autoridades locais. Nessa documentação podemos encontrar narrativas sobre as forças de trabalho no campo das obras públicas, as assistências prestadas pelos governos provinciais a esses “desvalidos” e as estratégias de sobrevivência dos pobres e migrantes em frente às calamidades da seca ocorridas no Piauí.

Palavras-chave: Seca; Assistencialismo; Trabalho; Pobreza.

ABSTRACT:

The objective of this work is to collect and analyze sources that deal with the life and daily work of drought workers (1877-1879), as well as the relationships that were established between them and the authorities, especially in correspondence, petitions, reports forwarded to the Public Aid Commissions of Piauí. Therefore, our interest is in analyzing the actions mediated by these commissions, as they produced a range of extremely valuable manuscript sources for historiography, with a focus on social relations between farm owners, migrants and local authorities. In this documentation we can find narratives about the workforce in the field of public works, the assistance provided by provincial governments to these “underprivileged” and the survival strategies of the poor and migrants in the face of the calamities of the drought that occurred in Piauí.

Keywords: Drought; Welfarism; Work; Poverty.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. A SECA DO NORTE, PIAUÍ ADENTRO.....	04
1.1. Olhares históricos sobre seca de 1877-79, na província do Piauí.....	05
1.2 A seca e a intensificação dos seus efeitos, na província do Piauí no final do século XIX.....	10
2. OS RETIRANTES: “INDIGENTES E DESOCUPADOS” OU TRABALHADORES E POBRES NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ.....	27
2.1 As práticas assistencialistas e caritativas e a questão do trabalho durante a seca de 1877-1879.....	27
2.2 A atuação da comissão de socorros públicos na seca de 1877-79: seus “rumos e reviravoltas”	32
Considerações Finais.....	35
Bibliografia e Fontes.....	38

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca organizar e inquirir sobre a vida e o trabalho no cotidiano das obras públicas na seca de 1877-1879 no Piauí. Com esse intuito, estamos lidando com a documentação manuscrita que foram produzidas durante a atuação dos núcleos da comissão de socorros públicos, materiais estes, que se referem aos códices das comissões de socorros, contendo diversas informações sobre a relação entre os fazendeiros proprietários de terras, os migrantes, os membros das comissões de socorros públicos, que em alguns casos faziam parte de membros das autoridades locais, e o presidente da província, durante a grande crise que ocorreu nesse período que a seca se intensificou na região.

Portanto, inicialmente partimos de uma pesquisa de verificação bibliográfica, acerca de questões referentes ao modo pelos quais a seca do norte foi abordada pela historiografia, sendo assim constatado o que outros autores já produziram sobre a seca, além desses estudos serem de grande importância para termos mais noção do quanto a seca impactou na vida cotidiana e no processo de formação social da população piauiense no final do século XIX.

O modo pelo qual nos orientamos acerca da verificação bibliográfica, ou o saber produzido sobre a seca e os seus efeitos no Piauí, registrado sobretudo na historiografia e produção científica até o momento. Contudo, percebemos que seria eficiente fazer um levantamento que permitisse conhecer como o problema da seca que atingiu o norte na segunda metade do século XIX, havia sido introduzido em abordagens historiográficas como nas pesquisas produzidas por estudiosos, como Lara Vanessa e Frederico de Castro Neves.

Já que esses estudos serviram e servem como referências fundamentais para se aprofundar na história da seca no sertão brasileiro e desses personagens que ajudaram a moldar as relações sociais, econômicas e políticas que se instauraram no seio das discussões e conflitos acerca do uso da mão de obra ou da força de trabalho, os quais se intensificaram com os impactos da seca, peça chave para questionar sobre e tentar melhor compreender as mudanças nos costumes e valores sociais da população pobre daquele momento.

Desse modo, podemos acompanhar como os migrantes, personagens constantemente presentes nos relatos de época, sobretudo no que tange a questão do combate à seca, ou seja como e porque houve a necessidade da intervenção da administração pública no combate aos danos da seca e na função de provedor de assistência aos “desvalidos” vítimas do flagelo tencionado pelas mazelas causada pelo prolongamento das estiagens do norte e também na província do Piauí, as quais iremos abordar mais especificamente ao longo da discussão apresentada em nosso trabalho.

Em vista disso, passamos a nos atentar ao panorama geral da história do Piauí, buscando compreender a formação social da província, incluindo assim como leituras obrigatórias estudiosos como Odilon Nunes e Monteiro Santana, entre outros. Também foi indispensável recorrer às produções historiográficas mais recentes, tentando mapear em que rumo se orientou ou se apresentou as discussões sobre a seca.

Porquanto enfatizamos o quanto o contato com esses estudos nos motivaram a seguir com essa pesquisa em vários momentos, sobretudo, naqueles que foram ao meu ver os mais difíceis, como nos primeiros contatos com a documentação, que tive certa resistência inicialmente ao transcrever e ir adentrando lentamente nas comunicações estabelecidas narradas na documentação, ainda mais devido as formas de escrita desses manuscritos, que necessitaria de uma maior dedicação e o estudo e prática do básico em paleografia,¹ objetivando efetivar a leitura e transcrição dos mesmos.

Quanto ao panorama historiográfico, no que tange a respeito da província do Piauí, encontra-se em crescimento nas últimas décadas uma preocupação também voltada no sentido de uma dita renovação historiográfica, portanto de maneira direta o tema da seca ainda foi pouco revisitado dentro das pesquisas acadêmicas mais recentes, ou melhor, ainda se trata de uma temática aberta a muitas possibilidades de estudos, sabemos que existem vários documentos e relatos que falam constantemente das questões relacionadas à seca e sua dinâmica social nesse período, principalmente por meio dos estudos e pesquisas empreendidas sobre as relações de trabalho, os problemas econômicos e o declínio do sistema escravista.

Foi a partir do ano de 1878 que vimos na documentação se tornar constantemente presente nos relatadas sobre os aflitos da seca e acerca das exigências da interferência dos poderes administrativos da província no combate dessas dificuldades provocadas nos períodos das estiagens para população e a situação dos migrantes e pobres. Nesse sentido, pretendemos aproximar-se dessa abordagem que tem se tornado bastante recorrente nas últimas décadas nos estudos históricos e sociais, sobretudo na relação e conflitos entre diferentes grupos sociais, assim incluindo grupos que por muito tempo não foram vistos

¹ Em relação às normas de transcrição paleográfica, adotadas nos percalços e desafios encontrados do nosso manuseio com a documentação manuscrita, servindo também para auxiliar o leitor a identificar esses aspectos nas transcrições das fontes citadas nesta monografia, foram as listadas logo adiante: [corroído] para substituir palavra(s) danificada(s) por corrosão de tinta, umidade, rasgadura ou ação de insetos; [ilegível] substituir palavra(s) de impossível leitura; [?] para indicar palavra deixou dúvidas; [sic] indicar enganos, omissões ou repetições.

como sujeitos históricos nem tiveram no foco das pesquisas e na construção do conhecimento histórico.

Portanto esse tipo de abordagem além de ser inovadora no âmbito da produção de conhecimento, apresenta grande relevância por abrirem novos horizontes; caminhos e possibilidades para os historiadores contemporâneo buscarem construir novos espaços de discussão e reconstruírem ações históricas que há muito mereciam nossa atenção nas pesquisas e estudos, de acordo veremos adiante, alguns dos pontos em que essa abordagem nos tem muito a oferecer:

“A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós-nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar. Mas também, com o passar dos anos, vai desempenhar um importante papel, ajudando a corrigir e a ampliar aquela história política da corrente principal que é ainda o cânone aceito nos estudos históricos britânicos”. (Jim Sharpe, 1992, p. 62.).

Dessa forma, encaramos essa pesquisa como um empreendimento no intuito tanto de contribuir na construção desse conhecimento, quanto na afirmação desses sujeitos antes nunca vistos como participantes do processo histórico, assim pretendemos discorrer e analisar o assistencialismo e a caridade prestada aos pobres e migrantes, por intermédio das comissões de socorros públicos, com participação dos fazendeiros e proprietários e dos presidentes provinciais no período da seca do Piauí (1877-79).

1. A SECA DO NORTE, PIAUÍ ADENTRO.

Ao longo da experiência no contato com a documentação da comissão de socorros públicos no Piauí, dos anos de 1878, pude acompanhar muitas comunicações entre os membros dirigentes das comissões instaladas nas Vilas dessa província e o presidente da mesma.

Assim podemos observar no livro de número cinco da comissão, os pedidos mais incisivos de apoio ao presidente da província, para criar aparatos e lidar com a situação em que a província se encontrava naquele momento. Vemos relatos alertando sobre a instabilidade climática que os moradores dessa região enfrentavam, o fator climático era algo do que essa gente necessitava para trabalhar nas terras, com o plantio, a colheita, e utilização da vegetação para criação de animais.

Portanto, a instabilidade climática, sobretudo, de longa durabilidade acarretava uma série de problemas que causaram grande impacto no modo de sobrevivência desses grupos de sujeitos de nossa pesquisa. Problemas como a epidemia e a fome faziam com essa gente precisasse de apoio assistencialista, intervindo facilitando a acessibilidade de roupas, alimentos e medicamentos para as pessoas que sofriam com esses impactos.

É importante lembrar que nesse contexto social ainda não havia uma estrutura pública bem estabelecida no estado brasileiro, sendo que estava em construção o dito estado nacional, portanto em lugares mais distantes ou "isolados" os aparelhos de administração pública demoraram mais tempo ou melhor se estabelecer, se constituindo de maneira muito mais lenta, como no caso da província piauiense.

Por isso, essas práticas que foram se tornando cada vez mais constante, como podemos acompanhar ao longo dos meses dos primeiros anos de Seca (1877-78), no livro cinco da comissão de socorros, onde se encontram maior quantidade de registros dessas comunicações, descrevendo a situação da província com relação aos problemas já que vínhamos tratando anteriormente.

Assim alguns questionamentos iniciais nos auxiliaram ao inquirir os documentos, entre eles estão os seguintes: O que levou a instalação das comissões de socorros públicos durante a seca de 1877-79 na província do Piauí? Quais interesses e intenções fizeram com que o aumento da circulação e ocupação de retirantes na província, se tornasse motivo de discussões constantes entre os administradores provinciais, a autoridade judicial, inspetores das comissões e a sociedade local? Qual a condição social desses migrantes? De onde

vinham essa gente? Quais atividades realizadas nos núcleos de recepção dos migrantes e pobres?

1.1. Olhares históricos sobre seca de 1877-79, na província do Piauí.

Discutiremos daqui em diante sobre o fenômeno da seca começando de modo mais amplo fazendo uma devida contextualização do objeto de estudo, indo aos poucos delimitando nosso foco de análise para a seca na província do Piauí. Um dos estudiosos que se debruçou acerca dos retirantes na seca de 1877-1879, do Norte, foi Frederico de Castro Neves, produzindo assim um excelente trabalho que nos possibilitou ir adentrando algumas camadas no universo social que predominava com a seca e seus efeitos.

A esse respeito o autor foi refletindo acerca da realidade social desses grupos que habitavam dessa temática, identificando assim, muitas questões interessantes para o conhecimento histórico sobre as práticas sociais desse contexto, uma dessas questões que me chamou atenção foi em relação ao que Neves denomina de “esmola e caridade”, se referindo nos seguintes termos:

“Nas fontes, mudanças significativas foram identificadas em torno das noções de caridade, trabalho e moralidade. A partir delas, procurava-se circunscrever o lugar social do trabalhador rural e, ao mesmo tempo, definir rigorosamente os limites para sua ação autônoma, no contexto do redirecionamento das relações de trabalho e das instituições políticas que ocorreu por toda segunda metade do século XIX”. (NEVES, 2003, P. 168).

Dentre essas pesquisas desenvolvidas sobre os impactos da seca na população pobre, a necessidade de uma intervenção pública no combate aos problemas sociais proporcionados nos momentos de estiagem e escassez na região norte, envolvendo questões sobre a moralidade e o trabalho, problemas que permeavam as formas de organização social das forças de trabalho daquele momento.

Assim como descreve o historiador Frederico de Castro Neves, de acordo observamos no trecho citado anteriormente, que questões como; caridade e assistencialismo receberam diferentes noções e significados ao longo do tempo, servindo como pressupostos para delimitação das relações sociais e das políticas institucionais do momento.

Nesse sentido, ainda sobre a seca naquela província a qual os estudos de Neves se voltaram, essas e outras problemáticas relacionadas à ação do poder público na tentativa de sanar os danos causados pela seca na população “sertaneja”, podem ser constatadas, tais como em outros momentos de instabilidades climáticas de grande duração, como no caso da seca de 1915, da qual a historiadora Lara Vanessa de Castro Ferreira, empreende uma análise abordando o cotidiano dos migrantes, ou dos trabalhadores nas obras públicas, algo que foi

se tornando uma política, ou uma ação, que aprimore se diz no intuito de reduzir os males sofridos em decorrência da crise vivenciada naquele momento com a seca na província do Ceará, veremos então como a autora descreve esses aspectos no fragmento logo adiante;

“Os poderes públicos, mobilizados pela caridade e pelo medo, começaram a pensar soluções para que estes sertanejos não ficassem ociosos. Sujeito presente nos discursos e práticas dos poderes públicos, desde a seca de 1877, o retirante pouco a pouco foi sendo visualizado como um elemento indesejado. As autoridades públicas, os intelectuais e outros setores da sociedade, com a chegada da seca de 1915, acharam-se incomodados pela “multidão de famintos”, o que poderia representar uma agressão à moral e à ordem pública. Então, iniciou-se o represamento de pessoas dentro das obras de açudagem”. (FERREIRA, 2009, p. 57).

Essa busca de compreender as relações de assistencialismo e da caridade, são muito importantes para compreensão desse fenômeno histórico, que iremos abordar na província do Piauí na seca de 1877-79, os quais iremos nos debruçar e compreender melhor logo adiante, quando começam entrar em cena os atores sociais que permearam esses espaços.

Nesse sentido é possível destacar nessas pesquisas, a predominância dos seguintes atores: os fazendeiros; os retirantes; os representantes do poder público e os responsáveis pelo aparelho de justiça na província, sendo que esses últimos foram frequentemente detectados como responsáveis das comissões de socorros públicos, juntamente com um engenheiro encarregado pela realização das obras e dos fazendeiros donos de terras.

Entretanto, para compreensão desses sujeitos, cabe nesse instante um maior afunilamento acerca da migração, sendo esse um dos fatores principais que circunscreve esse período, pois com a forte seca foi se intensificando consideravelmente a circulação de pessoas, tanto circulação interna, quanto de outras províncias, assim se torna indispensável à contribuição dada pelo historiador Edson Holanda Lima Barboza, em sua tese de doutorado, ao buscar compreender a fluidez de circulação entre Ceará, Piauí e Maranhão, dada a seguinte maneira em relação ao primeiro e o segundo espaço:

“O contexto que levou a troca de território em 1880, e que ainda provoca rivalidades em torno da demarcação de fronteiras entre o Ceará e o Piauí na atualidade, é significativo para compreender a fluidez de circulação na região. Parnaíba e Crateús têm um papel mais importante por serem dois corredores de migração”. (BARBOSA, 2013, p. 88).

O fragmento retrata como foi significativa a delimitação de territórios entre Piauí e Ceará na segunda metade do século XIX, pois a região correspondente atualmente a Parnaíba pertencia a Província do Ceará, enquanto aquela correspondente a Crateús se encontrava em território demarcado como pertencente a província do Piauí, como possível

de ser identificado nas fontes por meio das listas de migrantes, que grande parte de migrantes advinham de regiões do território correspondente a província do Ceará.

Estudiosos como; Vanessa, 2009; Neves, 2003, já denotavam em seus estudos e pesquisas que a migração era vista como uma possibilidade de fuga das dificuldades enfrentadas pelos pobres nesses momentos, como a falta de alimentos, a morte dos animais, a baixa produtividade nas lavouras e as doenças, ou seja, uma ação vista como uma busca pela garantia da sobrevivência e melhoria dessas péssimas condições.

Embora não encontramos muitos trabalhos enfatizando diretamente o fenômeno da seca no Piauí, é interessante identificarmos que esse é um fato bastante citado indiretamente, na historiografia piauiense que estuda a segunda metade do século XIX, sobretudo, quando foram aumentando o fluxo de migrantes no território piauiense, na medida em que as estiagens iam se prolongando.

Fato esse, que chamou atenção não apenas dos dirigentes da província, da polícia, da população e demais atores sociais do contexto, mas também boa parte dos historiadores voltados ao estudo das relações sociais influenciados pelos trabalhos de E. P. Thompson, notaram que a chegada desses migrantes, teve certo impacto na vida social e das transformações na formação social da província piauiense.

Encontramos estudos que buscaram abrir novos rumos nesse sentido, problematizando os desdobramentos dos efeitos da seca do Piauí 1877. Um desses, é o caso do artigo produzido pelos pesquisadores: Marcus Pierre de Carvalho Baptista, Francisco de Assis de Sousa Nascimento e a Geógrafa, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, que analisam por meio de alguns jornais da época, quais os efeitos da seca na vila de Amarração no litoral piauiense.

Esses autores norteiam suas reflexões a partir dos deslocamentos humanos de outras províncias para o Piauí, ou seja, mais uma vez os retirantes são referenciados, principalmente aqueles que vieram da província do Ceará, são denotados nessas abordagens sobre a seca, embora os autores não tenham realizado uma pesquisa com profundidade nesta temática neste trabalho em específico o qual tive acesso.

Portanto, ele nos ajuda a perceber melhor como os retirantes foram vistos ao adentrarem essa região e acerca da instalação e atuação das comissões de socorros, como da política de assistencialismo aos pobres presente nesse momento. Diante desse breve resumo acerca de alguns aspectos deste trabalho, gostaríamos de ressaltar de que modo nos ajuda a compreender esses efeitos, a partir do seguinte trecho:

“Em Amarração seus efeitos foram sentidos das duas maneiras, tanto nos problemas internos gerados na localidade, como o esgotamento de água para o consumo e a morte das plantações e do gado, como também a partir de problemas externos, tendo em vista os deslocamentos humanos vindos das províncias vizinhas e que terminaram por causar conflitos em Amarração, no caso, os furtos da Comissão de Socorros e dos recursos que deveriam ser destinados aos flagelados naquela região”. (BATISTA; NASCIMENTO; BATISTA, 2018, p. 285).

Nesse fragmento exposto anteriormente, vimos como a Vila de Amarração foi atingida pelos efeitos da seca, além de notarmos que a entrada dos migrantes foi vista como algo que intensificaram ainda mais os danos causados pelas estiagens por causa do considerável aumento da população, que apesar da instalação das comissões de socorros públicos, essas ações não foram suficientes para sanar esses problemas.

Além disso houve um grupo de historiadores que se dispuseram a inquirir sobre as relações entre a seca e as formas de trabalho naquele período, que também passavam por transformações em sua constituição histórica e do estado nacional que se instaura pelo projeto do “Império Brasileiro”, incorporando novas formas de relações sociais, incluindo gênese da formação de um mercado de trabalho, que ocorreu de maneira bastante gradual, como assegura boa parte desses historiadores. Sendo assim um contexto que o sistema escravista sofria certo “declínio”, aquilo entendemos como mudanças decorrentes do processo de modernização do Estado Nacional.

Ainda há aqueles que enfatizaram sobre outros problemas relacionados à seca e aos migrantes, quando realizarem pesquisas sobre as diferentes categorias de trabalho e os grupos sociais, como no caso da problemática acerca da identidade do sertanejo piauiense, abordados nos estudos de Ivana Campelo Cabral. Embora a autora não trabalhe diretamente sobre a temática da seca, ela percebe os seus agravos na situação econômica da província, demonstrando que a seca foi fator importantíssimo na formação social da província nos anos de 1877-1879.

Assim Ivana Cabral expõe algo bem interessante nesse sentido, descrito nos grifos a seguir:

“A seca iniciada em 1877, que se prolongou até o ano de 1879, foi uma das mais severas enfrentadas pelos sertanejos do Piauí oitocentista. Esses períodos de longa estiagem agravavam toda a situação econômica da província e muitas vezes contribuía para o aumento dos crimes de furtos e roubos de animais e alimentos nas fazendas, mercados e estradas”. (CABRAL, 2014, p. 95).

Com isso, Cabral nos aponta em que medida os danos da seca contribuíram com o aumento dessas ações vistas como indisciplinadas, e seus atores como perigosos e preguiçosos.

Entre esses, outro estudo em que identificamos uma pincelada reveladora e bem problematizadora, foi com historiador; Francisco Gleison da Costa Monteiro, que ao se desdobrar sobre a vida dos homens pobres livres na província piauiense em sua tese de doutorado, mostrou várias dessas facetas na sociedade piauiense daquele contexto, fazendo então um estudo que questionando as categorias sociais, as relações de trabalho, termos como os de facínoras e vadios, e dos principais problemas que envolveram os pobres livres na segunda metade do século XIX no Piauí.

Assim, ele busca compreender a situação desses personagens pobres da história do Piauí, identificamos assim no trabalho desse estudioso, um apontamento bastante pertinente para formulação da problematização e abordagem de nossa pesquisa, dado no trecho logo a frente:

“Essa era, no Norte, a conjuntura que se estendeu durante todas as décadas dos oitocentos, distanciando ainda mais os investimentos, que priorizavam o Sul em detrimento do Norte. A esta região restava-lhe a peleja para reivindicar, além dos melhoramentos materiais, os míseros recursos para arcar com o ônus da seca de 1877-79, que assolou a população pobre e que necessitava, portanto, de créditos nas contas dos “socorros públicos”, já que estes davam mal para atender a pobreza local, quanto menos aos migrantes que se espalharam por toda a província”. (MONTEIRO, 2016, P. 146).

Porquanto, precisamos aproveitar as deixas desses autores e problematizar mais a fundo quais e como se desenvolveu as formas de atuação do poder público com a instalação das comissões de socorros públicos na tentativa de resolução dos problemas sociais causados pela seca. Podemos ver que tanto a seca como os retirantes já foram sujeitos abordados pelos historiadores de maneira mais específica em alguns casos e em outra parte pelo impacto na formação social das várias províncias localizadas no território denominado atualmente como nordeste brasileiro, onde ficavam locais como a província do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão entre outras, sendo que essa maneira mais indireta foi a mais recorrentes nos estudos que tive contato.

Além de que a partir de meados da primeira metade do século XX, a seca se tornou um tema bastante comum na literatura, de acordo se apresenta na obra “Os Sertões”, ou na música, aparecendo na obra do Rei do Baião: Luiz Gonzaga e muitos outros, posteriormente na segunda metade do século XX apareceu no cinema brasileiro, sobretudo, nos filmes produzidos pelo movimento chamado de cinema novo. Entretanto gostaria de ressaltar que esses últimos exemplos não são o foco de análise de nossa pesquisa e já existem trabalhos acadêmicos sobre isso.

1.2 A seca e a intensificação dos seus efeitos, na província do Piauí no final do século XIX.

Nesse tópico vamos discutir acerca do modo de vida, ou seja, das condições de sobrevivência dos grupos sociais que viviam na província nesse momento, relacionando com questões sobre a intervenção dos poderes administrativos que atuaram frente aos efeitos da seca e nas condições de sobrevivência desses grupos em decorrência dos problemas já apontados anteriormente. Para isso, precisamos nos voltar a apresentar e discutir parte dos diálogos entre os responsáveis pelos núcleos de comissões de socorros públicos instaladas nas Vilas localizadas na província piauiense.

Para não nos distanciarmos de nossa proposta de abordagem, buscaremos fazer uma análise crítica da documentação, fazendo perguntas, questionamentos acerca da produção dos mesmos, dos autores desses relatos, que mesmo no caso de estarmos trabalhando com documentos oficiais, como os que temos em mãos para realização desse estudo, podemos sim buscar neles informações que nos ajudem a construir uma história com direcionamentos propostos pela "história vista de baixo", portanto, concordamos com a reflexão, sobre essa possibilidade de produção histórica, disposta logo abaixo:

“Hanawalt declara que esses registros estão isentos das tendências encontradas nos registros das cortes reais, eclesiásticas ou feudais, além de apontar (voltando a um tema anterior) que os detalhes da vida material e das atividades familiares” neles assinalados são incidentais ao principal propósito dos registros, daí a improbabilidade de serem distorcidos. Como é tão freqüente quando se trata de registros oficiais, eles têm sua maior utilidade quando empregados para propósitos que seus compiladores jamais sonharam”. (SHARPE, 1992, p. 50).

Diante disso, temos uma base teórico e metodológica, para buscar nesses registros informações, sinais e indícios que nos permitam problematizar essas práticas e seus efeitos de sentidos, quanto identificar aspectos da vivência cotidiana desses sujeitos migrantes e pobres que também tiveram seu papel e importância na história e nas transformações dos costumes e práticas sociais em um determinado tempo e lugar, colocando assim em seus devidos lugares, sujeitos ativos história e não apenas empecilhos ao desenvolvimento do estado moderno e do ideal de nação que os excluía de seu protagonismo histórico.

Por conseguinte, logo no início do livro número 5(cinco) do ano de 1878 da documentação da comissão de socorros públicos da província do Piauí, aparecem nas comunicações, informações sobre a epidemia que se intensificava na província, chegando

a ser motivo de preocupação, dirigida em forma de comunicado manuscrito ao presidente da província, para o qual os escritos são direcionados.

Esses registros iniciais se tratam de descrições sobre a epidemia na Villa de Oeiras, atual cidade de Oeiras, Piauí. Nas páginas seguintes da documentação retrata-se sobre a contratação do Major Antônio de Holanda para atuar junto a comissão de socorros públicos, contra a crise relativa aos problemas ocasionados pela epidemia e a fome, ou seja, no intuito de intermediar o fornecimento de vestimentas, alimentos e medicamentos aos migrantes e pobres existentes na Villa de Oeiras.

Como podemos acompanhar no diálogo exposto logo adiante; “Nestas circunstâncias, espera e confia esta comissão que Vossa Excelência não deixará de mandar continuar a socorrer a todos os infelizes, que noite e dia se debatem nas agonias da mais terrível penúria”. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Em outro momento mais afrente ainda descrevendo a situação vigente, o autor dos registros vai justificando os motivos pelos quais, perante tal situação seria necessário, ou melhor, digno de atenção do governo da província, de acordo veremos no seguinte relato: “Trata-se com efeito de uma epidemia, não tão grave, por sua natureza, como aquela a que acima referi-me, porém mais vexatória; de mais longa duração, e igualmente digna da atenção do governo provincial”. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Nesses dois fragmentos postos na apresentação das primeiras comunicações que tivemos contato, vimos um alerta sobre a condição de dificuldade enfrentada no momento, questões como a fome, doenças e a pobreza são elementos abordados já nesses primeiros registros, nesse ponto vale lembrar algo relevante, é que os documentos iniciais que tive contato são dos anos de 1878 e 1879, e não de 1877 ano que segundo os relatos históricos e nos documentos acerca do ano de 1877 de tivemos contato no decorrer da pesquisa que realizamos, como também aponta estudos que começou essa seca e os problemas relacionados a ela; “O ano de 1877 e os que se sucedem são de dificuldades por parte da população pobre que vivia nas províncias do Nordeste do Brasil”. (NUNES, 2009, p. 3).

Desse modo é compreensível se repararmos que desde os primeiros relatos dos contratantes, ou inspetores das comissões e delegados de polícia, já se trata de uma situação dificultosa que a população da província enfrentava, ou seja, vimos que já se trata de um momento de aflição que se intensificava na medida que vamos adentrando na documentação

no decorrer do ano de 1878. Além de que existe nesses comunicados, pedidos para que o presidente da província não deixe de socorrer os pobres e migrantes que se encontram nessa província.

Como vínhamos discutindo em relação aos primeiros contatos entre os contratantes das comissões de socorro com o núcleo central em Teresina e com o presidente da província, eles começaram por relatar o caso da epidemia que afligia a população da província. Veremos no decorrer dos relatos dos seguintes, muitas informações a respeito dos socorros prestados aos emigrantes e “desvalidos” da seca, pois, ora ou outra eles se referem às instabilidades climáticas, no entanto o que mais predomina são as descrições sobre as ações de caridade dos o presidente se digna a prestar, de acordo veremos no fragmento abaixo:

“Entretanto a época tão temida de janeiro a junho, se passou sem que um só caso de febre-grave viesse justificar nossas apreensões intermitentes francas, bronquites acompanhadas de movimento febril intenso, que só cediam ao emprego do sulfato de quinina, e outras (phlegmasias)? localizadas especialmente nas membranas serosas - resumiram, pode-se dizer, as perturbações do estado sanitário no primeiro semestre do ano último.

Em julho algumas pessoas indígenas e emigradas foram acometidas de diarreia benigna, e de ali para cá os casos idênticos se multiplicaram de tal modo, e os sintomas de semelhante moléstia se têm desconhecido com tal aspecto a gravidade, e tanta vítimas tem feito que fácil é reconhecer-se o caráter epidêmico.

A naturalidade das pessoas promitivamente[?] afetados, a coexistência da mesma aflição em localidades não invadidas pela população emigrante das províncias vizinhas, e as condições meteorológicas acessíveis que tem tão sensivelmente modificado a nossa atmosfera, demonstram a natureza [corroído] infecciosa desta epidemia, contra a opinião de indivíduos estranhos à ciência médica, que pretendem explicá-la pela insuficiência e má qualidade da alimentação da classe indigente.

Sabemos que estas circunstâncias podem ser causa de diarréia, mas - causa indireta - determinando em primeiro lugar o empobrecimento do sangue, alteração dos aparelhos que concorrem para a digestão, e, só por último - fluxo intestinal, em virtude da propriedade irritante adquirida pelos líquidos digestivos.

Ora, é justamente o que aqui não se observa: a diarréia ataca indistintamente todas as classes da nossa sociedade; a diarréia é em geral a causa determinante do desaparecimento da economia, e talvez, na maioria dos casos, precedida ou acompanhada de fenômenos violentos de reação febre, cólica, vômitos, que não se observa comumente [1]”.

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Vemos nesse relato em relação a surto epidêmico que se desenvolvia na província, além disso é interessante destacar a maneira pela qual o problema climático aparece no relato; descrevendo o quanto as condições meteorológicas acessíveis têm modificado a atmosfera na província além de outro aspecto importante é a discussão a respeito da epidemia e seus efeitos que não atinge apenas a classe “indigente”, tornando-se preocupação de todos, não só dos pobres e migrantes.

Entretanto, veremos mais sobre as práticas de caridade que eram variadas, sendo em sua maioria referentes a alimentação, como farinha, carne feijão, além de roupas e outras coisas como ferramentas para o trabalho dos migrantes nas lavouras, usarei o termo migrantes pelo fato de ser o termo mais recorrentes nos documentos em vez de retirantes, acredito que seja, pelo fato de ser o termo mais comumente utilizado na época.

As principais vilas que encontramos na documentação durante o ano de 1878 foram, Oeiras, Príncipe Imperial, Santa Filomena, Campo Maior, vila de Marvão, Pedro II, Teresina entre outras, portanto as comissões de socorros eram dispostas em núcleos distribuídos pelas vilas da província. Já o presidente da província por meio de ofícios determinava se os pedidos de socorros direcionados a ele seria aceita ou não, e assim tomava-se as devidas providências e as medidas achadas convenientes, desse modo iremos dispor mais um interessante relato que nos demonstram isso:

“Ilustríssimo Sr. Presidente e mais membros da comissão de socorros desta capital.

Teresina 23 de [ilegível] de 1878.

José Lopes Teixeira Pedra[?], tem contratado com vossa excelência a condução de socorros de cereais, a razão[?] de 10[?] cada carga, para a vila de Marvão, faz entrega dos mesmos cereais a comissão de socorros da mesma vila como prova com o documento; por isso segui a vossa excelência o pagamento da quantia de Cem mil Réis a que tem direito conforme o seu contrato - pelo que [] nos abaixo assinados membros da comissão de socorros públicos desta vila recebemos por intermédio do Senhor, José Lopes Teixeira [], 10 quartas de farinha e 10 de feijão que pela comissão de socorros públicos da capital nos foram remetidas, cuja remessa foi acouzada[?] no ofício firmado em 2 do corrente mês que hoje respondemos.

Comissão de socorros na Vila de Marvão em 8 de setembro de 1878.

Antônio da Costa Alvarenga”.

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Assim sendo, podemos ver como funcionava a circulação desses utensílios entre a comissão central localizada na capital e as vilas onde estavam localizados os núcleos das comissões responsáveis pela distribuição entre a população pobre e migrantes, além disso

temos a questão de que esse sistema de funcionamento das práticas permitiria melhor acompanhamento e controle dessas práticas de “caridades e assistencialismos”.

A província do Piauí se insere nesse período, assim como outros territórios, do semiárido brasileiro, nesse quadro social de crise e dificuldades enfrentadas pela sua população, sobretudo os mais pobres que viviam cotidianamente exposto ao flagelo da seca, a fome, as péssimas condições sanitárias e o risco da mortalidade decorrente delas.

Outra questão que nos chamou atenção é o fato do crescimento da migração cada vez mais, aumentando a quantidade da população da província e das pessoas que necessitavam dos socorros do governo. Podemos levantar a hipótese ou relacionar essa questão do crescimento da migração, sobretudo no caso do Piauí, pela forma como os socorros eram distribuídos, pois já vimos com outros historiadores que apesar da utilização da força de trabalho dos migrantes em obras públicas, não haviam todas essas ações "caridosas" de distribuição de alimentos e remédios, a não ser por um período mais reduzido em forma de pagamento dos serviços prestados pelos migrantes, sendo que essa forma de pagamento e assistencialismo não reduzia a miséria em que a situação de calamidade colocavam esses indivíduos como demonstram a documentação do Piauí.

No entanto, mesmo que em outros lugares como no caso da seca de 1877-79 visto nos estudos de Frederico Neves e a de 1915 também no Ceará em que Lara Vanessa, utiliza do termo a odisséia de retirantes, para alertar sobre a quantidade de homens, mulheres e crianças que se deslocavam em busca de melhores condições de sobrevivência, angariando as caridades e ou uma vaga de trabalho nessas obras criadas buscando minorar os efeitos da seca.

Em relação ao Piauí no até os primeiros meses ano de 1878, em que a seca foi vista como umas das mais intensas já sofridas por a população no caso dessa província, não vemos muitos relatos a respeito do trabalho dos migrantes, pois ao falar das caridades, não se esclarece se esses utensílios distribuídos são pagamentos referentes a algum trabalho prestados pelos mesmos.

Já em certos manuscritos que descrevem acerca das ferramentas solicitadas ao presidente da província, para o trabalho dos migrantes na lavoura e em outras ocupações, ocupações, sendo que esse território era predominantemente rural nesse contexto histórico, portanto apresentando mais referências ao trabalho nas lavouras como mostra o relato logo adiante:

“Ilustríssimo Senhor Barros Pimentel

Ilustríssimo Senhor Barros Pimentel Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, contratante do núcleo de Emigrantes do Sítio Guandú, requer a Vossa Excelência que, na forma de seu contrato, se digne mandar fornecer ao xerife, 20 Machados; 40 foices de brocar, e 40 inchadas, para o trabalho dos migrantes, visto como se aproxima o tempo em que eles devem dar começo aos seus trabalhos de lavoura.

Teresina, 4 de julho de 1878.

Miguel de Souza Borges Leal”.

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Porquanto o que encontramos nas fontes primeiramente sobre o trabalho desses sujeitos foram essas informações sobre o fornecimento de materiais de trabalho no campo, nas comunicações mais a frente veremos outra vez mais dois relatos semelhantes, que retrata mais uma vez sobre esse tipo de fornecimento, presente no relato logo a seguir:

I-

“Ilustríssimo Excelentíssimo Senhora Mariane Gul Castelo Branco, contra[/]

There - [sic] de núcleo "felicidades", requerem a Vossa Excelência, que na forma contra[] julho etc, se digne mandar fornecer ao xerife[?] 10 machados e 150 foices de broca, para o trabalho dos imigrantes, visto como se aproxima o tempo com que eles devem dar começo aos seus trabalhos de lavoura.

Nestes termos

[] deferimento.

Teresina 10 de julho de 1878”.

Mariane Gul Castelo Branco. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

II-

“Secretaria da Comarca Municipal de Teresina, 31 de Outubro de 1878.

Ilustríssimo Senhores.

Comunico a Vossos Senhores que em virtude da ordem de Vossa Excelência, o senhor presidente da província, contida em portaria de [?] dirigida a comarca municipal desta capital, nesta data dei ordem ao procurador da mesma para entrega a vossa (Senhoria), logo que elas sejam dirigidas, as duas carroças pertencentes a referida comarca, a fim de serem empregadas na locomoção dos materiais que tem de servir para a construção de um cemitério público.

Deus guarde a Vossa Senhoria

Ilustríssimo Senhores Membros da comissão central de socorros públicos desta província.

Presidente da comarca

Manoel José Moura Leão”.

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Embora no primeiro relato acima, contém algumas partes de difícil decifração por causa da escrita da época, em razão alguns documentos não darem para transcrevê-los integralmente, além de alguns outras aspectos que também pode dificultar a transcrição,

como rasuras, erros de escrita, conservação do documento, além da qualidade de algumas das imagens em que os documentos foram digitalizados.

No entanto, acredito que os fragmentos citados, apesar de alguns apresentarem parte desses aspectos, não interferiu de modo geral na compreensão dos mesmos, já que foi possível compreendê-lo quase em sua completude, sobretudo, em relação à questão que vínhamos discutindo que é o fornecimento desses materiais de trabalho no âmbito dessas relações entre práticas de caridade e uso da mão de obra desses sujeitos no trabalho.

Já no caso do segundo relato, ressaltamos que ele apesar de não especificar os tipos de materiais direcionados nas duas cargas referidas a construção do cemitério público, é um ponto bastante interessante para gente por causa da referência às obras e serviços públicos, algo bastante esclarecedor para o momento e objeto estudado. Desse modo, constatamos que alguns estudiosos apontam alguns aspectos nesse sentido, de mostrar como as práticas de caridade, muitas vezes carregam diferentes sentidos e interesses, levantando assim a questão de transformarem esses pobres e migrantes em trabalhadores nas lavouras e também nas obras públicas, de acordo fica muito bem enfatizado na seguinte citação:

“Considerando estas questões pode se afirmar que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública passa a estar associada ao trabalho. Se a caridade nada pedia em troca, no caso dos socorros públicos oficiais, como passou a ser chamada a política de atendimento às vítimas da seca, esta não se revestia de uma caridade pública, pois passou a ser vista como política de investimento, não apenas para execução de obras públicas, mas da transformação de antigos pedintes e mendigos em trabalhadores”. (NUNES, 2009, p. 4).

Vimos logo acima uma passagem bem importante sobre as práticas de caridade e assistencialismo, que nos ajuda a compreender melhor esses relatos que se referem às ferramentas de trabalho para os emigrantes, pois se repararmos a quantidade de ferramentas citadas nos relatos, vimos que são ferramentas suficientes para muitos trabalhadores.

Nesse caso precisamos analisar melhor o uso dos termos desvalidos e indigentes, bastante recorrente na documentação, pois estes termos podem ter uma conotação pejorativa, no caso de indigente, o prefixo; (in) está relacionado a negação do restante da palavra que no caso seria gente, ou seja uma classificação, que remete ao olhar do outro, designando-lhes uma espécie a margem do que seria ser gente, ser humano. Já no caso do termo desvalidos remete a algo que não tem valor e sem capacidade de ação e vontades próprias, tirando-lhes assim sua conotação enquanto sujeitos históricos e ativos nesse processo.

Além disso é relevante que façamos também uma reflexão dos termos de assistencialismo e caridade, nesse sentido devemos levar em consideração parte das importantíssimas noções e problematizações já discutidas nos estudos do historiador britânico E. P. Thompson, que ao se debruçar sobre as relações de troca e negociações entre grupos sociais diferentes ou mesmo divergentes em seus interesses, percebendo essas relações dentro de um jogo de poder e disputa, contribuindo na configuração do modo como as relações dessas classes sociais interagem entre si nas respectivas organizações sociais.

Apesar de E. P. Thompson, está analisando o contexto europeu do século XVIII, essa noção nos é pertinente, na medida em que ele nos aponta as características desses conflitos e disputas entre tais grupos sociais, sendo que na sua perspectiva existem diferentes formas de ações de resistência ganham tom político e não apenas o motim, mas esse e diversas outras, que podemos identificar no fragmento presente na próxima citação, retirado da sua obra:

“Importa igualmente que a sedição é a resposta de um grupo, comunidade ou uma classe a uma crise; não está no raio de ação de alguns indivíduos o poder de amotinar-se. Nem a rebelião precisa ser a única ou a mais óbvia forma de ação coletiva – pode haver alternativas, como petições em massa junto às autoridades, jejuns, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou a migração de aldeias inteiras”. (THOMPSON, 1998, p. 206)

Assim o autor se utilizar um termo denominado: economia mora, para definir essas relações reconhecidas como favores e deveres, na qual podemos relacionar com as práticas assistencialismo e caridade para os pobres, com questões que envolve o uso trabalho dos migrantes, quanto na distribuição de alimentos e outros utensílios, mas, que mesmo assim são descritas pelos membros da comissão como caridade e não como um veículo de negociação entre esses diferentes grupos e classes sociais em seu sentido menos vulgar.

Até o momento começamos a esboçar e refletirmos sobre a crise existente na época e discussões levantadas sobre as práticas de assistencialismo e caridade, como forma de interferência do poder público durante a crise, e as relações entre grupos de setores sociais diferentes. Restando ainda discutimos melhor acerca do questionamento se essas práticas seriam mediatizadas influenciadas inteiramente pelos costumes, ou em que medida já havia construções jurídicos que asseguravam essas ações por parte do governo e se essas práticas teriam impulsionado no desenrolar das discussões e mudanças que ocorreram nas leis e códigos jurídicos, sabendo-se o quando o século XIX e mais ainda na sua segunda metade representa um solo fértil nesse campo de discussão.

Como dito ao indagarmos essa questão vale problematizar sobre o contexto histórico e social em que estavam inseridas tais acontecimentos, assim reparamos em algumas

discussões históricas que pesquisadores como Johnny Santana, entre outros vêm realizando, nos alertando sobre as diferentes independências do Brasil, além de que essas transformações e mudanças ocorridas na história política institucional e administrativa na província do Piauí, fazendo compreender melhor a formação social da província e da população piauiense no decorrer do século XIX.

Nesse momento, é interessante observar, que as comunicações entre os contratantes, e os governantes, começam a tratar de um interesse ou necessidade de cessar com a prática dos socorros prestados, e que os migrantes deveriam serem direcionados a seus lugares, assim como pode ser constatado no seguinte diálogo:

“Em vista das ordens dadas por Vossa Excelência o Dr. presidente da província em seu ofício de 19 do corrente, não posso nem devo continuar a prestar os meus serviços, como membro da comissão central de socorros desta capital.

Senhor Excelência. Em obediência o que lhe foi ordenado pelo governo geral determina a esta comissão que faça regressar aos seus lares os emigrantes que recebem socorros, os quais devem cessar.

Esta medida é inexecutável nas circunstâncias, em que se acha a província, quando a seca continua, a fome cresce, e a pobreza ocorre nas garras da miséria.

Lamentando semelhante acontecimento, que ao certo, constrange a todos os corações, me é humanamente impossível fazer ainda parte dessa comissão, que hoje em diante terá de negar o pão a tantos famintos; a milhares de infelizes que agora mais que nunca precisam dos socorros públicos.

Prefiro, portanto, ficar ao lado desses desgraçados, assim abandonados, a ser um daqueles que lhes recusa o [?] da caridade. Já solicitei a Vossa Excelência a minha demissão, o que comunico a Vossa Senhoria para aspirar convenientes, pedindo-lhe desculpa não lhe ter prestado maior auxílio descumprindo de tão nobre missão.

Deus guarde a [corroído]
Teresina 4 de novembro de 1878.

Ilustríssimo Senhor Dr. Antônio de Oliveira Car[corroído] Guimarães, M. D. presidente da Comissão de Socorros desta capital.

[?] de Moraes Rêgo”.
(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Já em outros documentos referentes ao mês de outubro de 1878, informações relacionadas a quantias ou valores para pagamentos de serviços prestados pelos emigrantes em serviços públicos, tendo alguns casos relatados, sobre da construção de um cemitério

público e em outro momento o contratante falando também na construção de um hospital público.

Em relação ao uso dos migrantes como mão de obra em serviços públicos, pudemos constatar maior intensidade a partir da metade do ano 1878, sobretudo nos meses de setembro, outubro e novembro, assim destacamos que isso pode estar relacionado com a durabilidade e prolongamento da seca e dos efeitos da crise. Portanto veremos mais adiante como esses indícios aparecem na documentação estudada, começando pelos relatos que apontam serviços feitos por migrantes e pobres nesses serviços, assim como é mostrado na próxima citação:

“Teresina 18 de outubro de 1878.
Ilustríssimos Senhores.

Comunico a Vossos Senhores que nesta data contratei com o senhor [?] José Rodrigues, quinze linhas de aroeira lavradas a quatro face[?] de 6 polegadas de altura e 4 destas grossura de 23 a 30 palmos de comprimento a razão de 3H2[?] cada uma e trinta toras de aroeira lavradas a quatro faces de 6 polegadas cada face de 12 palmos de comprimento a razão de dois mil réis cada uma, portas no lugar da obra, para o serviço que se está fazendo com emigrantes nas rampas e taludes das portas da rio Parnahyba desta cidade, pois peço suas aprovações, bem como se sirvam Vossos Senhores autorizar

me a compra dos objetos constantes de nota junto para serventia do referido serviço.

Deus guarde Vossos Senhores

Ilustríssimos Senhores Membros da Comissão de Socorros desta Capital.

Administrador

Antônio Rodrigues Teixeira e Silva”.

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Nesse relato, apesar de não conseguirmos identificar integralmente o texto da documentação, ficamos com dúvidas em algumas palavras, nesse caso onde tem essas interrogações para indicar a não identificação da palavra, porém o mais importante agora é já ter conseguido identificar e transcrever grande parte dessa documentação. Portanto, nesse relato exposto anteriormente é possível identificar os tipos de matérias e de serviços ao qual o autor se refere além de sua preocupação em pedir autorização para a compra dos materiais que seriam utilizados nos serviços, outro elemento interessante que nesse documento mais uma vez como já havíamos identificados em outros relatos a indicação de que esses objetos seriam utilizados em serviços feitos pelo trabalho de migrantes.

Por conseguinte, esse diálogo continua esclarecedor nas páginas seguintes da documentação como veremos logo abaixo:

“Teresina 28 de outubro de 1878.

Ilustríssimo Senhores

Apresento a Vossos Senhores. a f[?]ria dos emigrantes empregados no serviço dos reparos das rampas e taludes das portas do rio Parnahyba desta Cidade, relativa à semana decorrida de 04 a 19 do corrente mês, a fim de que Vossos Senhores se dignem fornecer-me. a sua importância de R\$ 4 716 20 para o respectivo pagamento.

Não tendo lages para a conclusão das rampas das portas denominadas – da feira e da rua grande desta cidade, que estão muito deterioradas, entendo que se torna muito necessário não só por se tornar mais sólido o serviço como para segurança do que está feito, dividir por sessões o lagiamento com linhas de aroeira que fiquem facejando não só do lado de cima para não se desmoronar o que está feito como o da beira do rio

Para isso requisito a Vossos Senhores a autorização para a compra das madeiras necessárias para o dito serviço como de empregar dois carpinas para o mesmo fim, e [?] mim da compra de cal para [?] as juntas de lagiamento que se acha feito, o que se torna preciso.

Deus guarde a vossos senhores

Ilustríssimos Senhores Membros da Comissão de Socorros desta Capital.

Administrador

Antônio Rodrigues Teixeira e Silva”.

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

diante da citação acima, vemos uma rede de comunicação e uma tentativa de controle das caridades e todas as ações exercidas pela comissão de socorro, partindo dos contratantes, para comissão central de socorros localizada na capital, e do presidente da província, como da administração do império Brasileiro, de onde vinham esses recursos, ou seja, do tesouro nacional que estava localizado no Rio de Janeiro.

Entretanto, para efeito de demonstração mais sólida dessas práticas relacionados aos trabalhos dirigidos pela comissão de socorros públicos, iremos dispor de algumas das listas de objetos e ferramentas utilizados na construção do cemitério da capital, depois traremos a lista de trabalhadores da construção da casa de misericórdia, ou seja do hospital da capital construído no período, relatados nos documentos da comissão de socorros públicos do Piauí.

“Pedido dos objetos precisos para o serviço do cemitério público desta capital, e [?] duração do mesmo.

4	Enxadas	quatro
4	Pás de ferro	quatro
10	Cadernos de papel almaço	dez
50	Penas de aço	cinquenta
1	Botija de tinta	uma

Teresina, 30 de outubro de 1878.

O Administrador
 Ignacio De Souza Lima”.
 (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Em seguida veremos mais outra lista:

“Relação da ferramenta e mais utensílios que recebi para a obra do cemitério público em construção; a saber:

8	Enxadas de ferro	oito
2	Foices	duas
2	Machados americanos	dois
1	Facão americano	um
6	Alavancas (pés de cabra.)	seis
4	Marretas	quatro
1	Porta com as confidentes ferragens	uma
1	Barril de 5 ^o 2 [?]	um
1	2°. de 4° [?]	um
3	Jogos de ancoras	três
2	Funil grandes	dois
4	Couros para [?] (bangaê) [?]	quatro

Teresinha 10 de novembro de 1878.

O Administrador
 Ignácio de Souza Lima”.
 (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Perante o que vimos acima, pela quantidade de materiais dispostos na lista, se trata de um trabalho que exige bastante mão de obra, sendo assim necessitaria de um número expressivo de trabalhadores pobres e migrantes. Ao longo de nossa pesquisa já encontramos outras referências ao trabalho desses sujeitos, tanto em serviços de lavoura como já citamos em outros momentos de nosso trabalho, apesar de eu ainda não ter conseguido ainda a transcrição a lista nominal de todos esses trabalhadores do cemitério, encontrei uma lista dos trabalhadores do hospital público (Santa casa de Misericórdia), a qual disponibilizarei logo adiante:

“Relação dos nomes dos trabalhadores Ferreiros”:

1	Raimundo [?] de Oliveira	
2	Amado de Araújo Senna	

² É bastante provável que esses números se referem a quantidade de volume que esses barris suportavam. Respectivamente.

“Trabalhadores – serventes”:

1	João de Maria Cavalcante	Solteiro
2	João Pedro da Silva	Casado
3	Goze de Barros Lima	Solteiro
4	Julião Ferreira da Silva	”
5	Goze Claro Bezerra	”
6	Veturiano Manoel da Costa	”
7	Manoel do Nascimento Motta	”
8	Veturiano Ferreira do Nascimento	C-3 pessoas
9	Goze Lopes de Senna	”_”_”
10	[?] Ferreira de Alencar	”_”_”
11	Leonel Pereira de Alencar	Solteiro
12	Goze Gomes da Silva	”
13	[?] Bezerra Monteiro	”
14	Agostinho Raiz. do Espírito Santo	”
15	Antônio Leandro de Almeida	”
16	Pedro dos Santo Maiz[?]	”
17	Goze de Souza	”
18	Faustino Maiz[?]. De Oliveira	”
19	Lucas Saraiva Leal	
20	Antônio Gualdino de Souza	”
21	Goze Brandão de Cassiano	”
22	Floriano Pereira da Silva	Casado
23	Antônio Vilmar da Motta	”
24	Sebastião Goze de Souza	Solteiro
25	João de Paula Vianna	”
26	Sebastião Goze Francisco	”
27	João da Silva Cardeal	Casado
28	João Francisco de Souza	”

Além disso, outro ponto que quero destacar é a providência do dinheiro, ou melhor, dessas quantias advindas do tesouro nacional do Rio de Janeiro. Isso nos dá mais indícios de que essas práticas não eram fenômenos isolados, mas como havíamos falado dos processos de independência do Brasil, suas dimensões e durabilidade, crises e transformações sócio histórica desde os primeiros sinais desse projeto de emancipação política em desenvolvimento e uma busca de um sentimento de integração nacional. Nesse sentido importante é a contribuição dada devido à persistência nas pesquisas realizadas pelo historiador de experiência, Odilon Nunes para a História do Piauí.

Tratando especificamente do Piauí, Odilon se debruçou profundamente sobre a documentação oficial, e escreve quatro volumes frutos dessas pesquisas, dentre esses

volumes me atentei mais ao segundo volume, sendo que nessas reflexões ele já nos alerta sobre essa questão da dinâmica no processo de independência e com isso nos ajuda a compreender o modo como isso ocorre em sua gênese histórica na província do Piauí.

Por volta de meados do século XIX em alguns territórios como no caso do Piauí, em que se encontrava em fomentação dessas mudanças constantes na construção das instituições públicas nas vilas e na capital. Na primeira metade do século XIX a província do Piauí ainda era governada pela junta administrativa da qual tinha como representante Manoel de Sousa Martins que viria nos anos seguintes a se tornar presidente da província do Piauí.

Entretanto, no referido momento não havia uma base sólida de aparelho institucional, mas já se podia constatar um interesse nesse sentido, mesmo com todos os desafios da emancipação política da província, sendo que esse processo se prolongou ao longo do século XIX, mas que é importante compreendê-lo desde sua gênese histórica, ou seja, a partir da abertura dos portos e dos movimentos de independência. Esse processo pode ser denotado no seguinte trecho encontrado no livro do referido autor:

“Com os empregados públicos anualmente se gastava pouco mais de treze contos réis. Podendo afirmar que não havia obras, nem prédios públicos. Não havia cadeia nas vilas, nem casa das câmaras, cujas sessões se faziam em salas de casas residências cedidas quase sempre gratuitamente”. (NUNES, 2007, p. 29).

Pois, a partir disso que começa a mudanças de uma junta administrativa da província para nomeação de um representante, ou seja um presidente e os governadores, as reflexões feitas por Odilon Nunes vão muito além disso, outro fator que coloco em destaque que é muito importante para nossa temática se trata da rica base documental que ele dispõe retratando os conflitos e ações sociais que circundam a formação social e política administrativa da província, além de relatar sobre o processo emancipatório de vilas como Oeiras, Campo Maior, Marvão, Teresina, Parnaíba, Príncipe Imperial, Independência, Santa Filomena, entre outras. Além de que vale enfatizar um fato bem interessante de que Nunes destaca a dificuldade de encontrar pessoas qualificadas para compor o quadro das funções jurídicas necessárias no desenrolar desse processo emancipatório. Como poderemos observar no trecho abaixo:

“Sobre o estado atual da administração da Justiça, informa o Presidente da Província, cumpre-me dizer que não é inteiramente boa, porque a falta de conhecimentos jurídicos nos indivíduos que ocupam os empregos da Justiça, principalmente os juizes das vilas, permite que falem a muitos de seus deveres. (Idem, 2007, p. 159).]

Todas essas questões em conjunto juntamente com as discussões feita a esse respeito nos permitem perceber que no bojo dessas transformações, estava a questão do trabalho e como essas instituições passaram a intervirem ou afetar cada vez mais a vida das pessoas que residiam nesses lugares. Nesse ponto da nossa análise iremos correlacionar essa configuração social e das práticas e costumes em relação ao uso da propriedade, entre outras coisas como práticas de caridade e assistencialismo aos pobres e migrantes em momentos de crises e de escassez de gêneros alimentícios.

Nesse sentido, pretendo analisar essa questão, à luz das reflexões realizadas pelo E. P. Thompson em seu livro *Costumes em comum*, quando discute a problemática do costume, da lei e do direito em comum.

Permitindo assim propor uma abordagem visando compreender as práticas ou costumes em comum, com apoio da base conceitual e metodológica oferecida pelo o autor, quando este vai utilizar-se da noção do “direito consuetudinário”, essa categoria de direito equivale a quando uma comunidade estabelece algumas normas sem precisar de instituí-las juridicamente, ou seja, de modo formal estabelecidos em conjuntos de leis escritas e postas em vigor, mas por meio de normas asseguradas pelos costumes comuns praticadas no palco das relações sociais:

“Se as lembranças dos mais velhos, a inspeção e a exortação tendem a estar no centro da interface do costume entre a lei e a práxis, o costume passa no outro extremo para áreas totalmente indistintas - crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”. (THOMPSON, 1988, p. 88).

Portanto, com relação ao que a documentação nos apresenta, servindo para demonstrar que a forma com que essas práticas de caridade, sobretudo no que concerne àquelas dos serviços prestados na construção do cemitério ou hospital público, ou em outras atividades, eram conduzidas de maneira diferente do que eles estavam acostumados nas formas de vida e de trabalho comumente utilizadas em suas comunidades e grupos, os quais viviam, sobretudo dos recursos que produziam da relação com a terra em pequenas propriedades e roçados, em grande parte produção para subsistência familiar, fomentando por assim dizer a elucidação de novas normas de trabalho formal e do convívio social a partir destas.

A partir de então, a comissão demonstra cada vez mais o interesse na busca de obter e manter certo grau de controle sobre as ações de caridade e principalmente do controle do fluxo dos migrantes, chegando o contratante ressaltar a quantidade de migrantes e pobres

residentes em cada quarteirão, como mais algumas características pessoais entre elas; a idade, estado, lugar de origem e outros aspectos.

No entanto teremos alguns momentos mais oportunos em nosso estudo realizado no próximo capítulo para analisar essas questões, onde vamos poder averiguar como a grande expressão da quantidade de migrantes e desvalidos que recebiam socorro do governo, além de apontar que mesmo assim a comissão não conseguiu alcançar todos os pobres e migrantes que necessitavam de caridade, tais como de remédios, alimentos, roupas e trabalho.

Porquanto, para fechar esse primeiro momento desse trabalho, refletiremos a partir de do seguinte relato, que se faz bastante recorrente a respeito do alcance da comissão de socorros aos emigrantes e “desvalidos” existentes na província:

“Ilustríssimos senhores presidente e mais membros da comissão de socorros conforme combinado, parti no dia três do corrente mês para o sítio S. Anna afim de examinar se ali estavam abandonados alguns emigrantes e indigentes, que faziam parte do extinto núcleo, segundo comunicava, um ofício datado de 27 do mês passado o senhor Raimundo [?] de Vasconcellos.

Chegando aquele lugar mandei chamar a minha presença todas as pessoas ali residentes, e verifiquei existirem em completo desamparo 229 emigrantes e 116 indigentes da localidade.

Pelo secretário mandei logo arrolá-las com precisas declarações, como verão vossos senhores nas relações juntas sob números 1 e 2.

O abandono em que ficaram esses infelizes desde de o dia 25 do mês passado foi fatal, e digno de lástima! Faleceram muitos à fome! Um cadáver foi encontrado no mato pelo festejo dos urubus!

A vista de tão doloroso espetáculo mandei suprir pelo contratante do núcleo Santa Filomena aos mais necessitados no número de 229, como consta no ofício, cuja cópia passo às mãos de vossos senhores. Quanto aos outros que repleto em mau estado, e que por muito tempo não poderão esperar, deixei para resolver de acordo com os mais membros da comissão.

Entendo que os emigrantes, de que se trata devem ali permanecer; uns tem suas plantações, constrangê-los a retirarem-se, seria obrigá-los á perderem o seu serviço e corta-lhes assim toda a esperança de melhoria de ser ter; outros estão em deplorável estado de saúde, não podendo empreender viagens, e muito menos levantar casa em outro qualquer lugar para se abrigarem do rigor do sol onde estão já tem seus cômodos - E está a minha opinião, que submeto à consideração de vossa senhoria e dos meus ilustres colegas da comissão.

Deus guarde a vossos senhores”. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878).

Diante do diálogo exposto acima, fica bem evidente que nesse momento essas relações entre os grupos, estavam as vezes fundados e assegurados no costume ou na prática costumeira, em alguns momentos as leis e normas vão sendo constituídas diante da

transformação decorrente do processo emancipacionista das províncias e vilas do Brasil imperial, como visto também na província do Piauí.

Já que nesse caso relatado podemos ver como o contratante ao encontrar essas pessoas, migrantes e desvalidos em condições de elevado mal-estar, pois logo ao tomar conhecimento dessa gente nessa condição de fome, miséria e mortandade, tomou logo algumas medidas prévias antes mesmo de consultar a comissão central e o presidente da província e somente depois tratou de levar causa a conhecimento dos mesmos, para que as medidas convenientes fossem tomadas, apesar de tê-los lhes informado posteriormente.

Dessa maneira o contratante não seguiu as normas formalmente estabelecidas ou a que estava em consonância com a postura assumida pela comissão, mas, sim partiu primeiramente de sua índole de humanidade em relação a situação da causa posta, isso também pode ser denotado no momento em que um contratante decide pedir demissão a partir da postura da comissão de socorros levanta a noção de que deveriam ser cessados as caridades prestadas aos pobres e migrantes.

Outro aspecto relevante que é notado com esse relato, é a dificuldade de alcance da comissão, a todos ou a grande maioria dos pobres e migrantes residentes na província, por outro lado, temos um número expressivo de pobres e migrantes listados nos núcleos da comissão, além de ser possível notar certa dificuldades decorrentes do distanciamento e dificuldade de alcance e provimento de caridades a toda essa gente, apesar de ao menos no primeiro semestre do ano de 1878 ter havido essa empreitada por parte dos agentes da comissão de socorros.

Portanto, agora que conseguimos discutir de maneira mais geral esses problemas em relação à vida social da província desse momento histórico, chegamos a definir melhor nosso objeto de análise inserindo em seu contexto sócio-histórico. Poderemos partir para o próximo capítulo na busca de melhor mapear de onde vinham os migrantes, como viviam no seu cotidiano, as formas de trabalho, quem estava na frente das empreitadas da comissão de socorros, além de refletirmos mais a fundo acerca da importância e impacto desses costumes e normas na configuração social e política, nos caminhos que se prosseguiu ao longo da segunda metade do século XIX.

II – OS RETIRANTES: “INDIGENTES DESOCUPADOS” OU TRABALHADORES POBRES”.

Neste capítulo iremos abordar, o cotidiano nos locais de trabalho, buscando compreender, as seguintes questões: como funcionava a organização dos horários de trabalho, a alimentação dos trabalhadores, a forma de contratação e pagamento do trabalho exercido por eles. Além de discutirmos sobre como essa forma de organização e produção, por meio desse direcionamento das forças de trabalho fornecida por os retirantes, que passaram a trabalharem de maneira regular nessas obras realizadas sob o comando das comissões de socorros públicos na província do Piauí, durante os anos de 1878-79.

2.1. As práticas assistencialistas e caritativas e a questão do trabalho durante a seca de 1877-1879.

Aqui vamos problematizar e discutir acerca das práticas de caridades e assistencialismo a partir da documentação manuscrita, que diz respeito ao ano 1878 e 1879, vale mencionar que nesse momento vamos problematizar esses termos de caridade e assistencialismo, ressaltando a importância do funcionamento dessas ações que segundo os membros da comissão e dos setores ligados e ou participantes da administração política da província, visavam combater ou reduzir os problemas que descrevemos no capítulo anterior, referentes aos períodos da seca de 1877-79.

E ou se também estariam buscando aproveitar da ocasião da maior quantidade de indivíduos e grupos que se aglomeravam nesses lugares e povoados da província do Piauí, para realização de alguns serviços do setor público e privado, evitando assim a acumulação de toda esses homens, mulheres e crianças nas vilas e povoados, os quais eram referidos pelos contratantes como desocupados, pedintes e preguiçosos.

Neste momento tenho em mãos, alguns manuscritos contendo informações principalmente sobre dois dos núcleos da comissão de socorros públicos que atuaram na província, um deles é o núcleo Sítio onde tinha como contratante no momento: Antônio Martins Viana e o outro núcleo era o de Santa Filomena, tendo como contratante Raimundo Sinval Vasconcelos, sabemos também que a comissão tinha como presidente geral: Antônio Oliveira Cardoso Guimarães.

Entretanto, esses documentos trazem informações sobre o fluxo e condição desses migrantes que se encontravam sob assistência, vigilância e "controle" da comissão de socorros. Desse modo, essas informações contidas nas listas estavam ordenadas segundo a

entrada; saída; e morte; ou seja, esses eram os dados os quais os membros e a comissão estavam interessados além do estado, números de pessoas em casos daqueles que tinham família, em alguns casos de onde vinham e a idade.

Além de que é válido ressaltar que o contratante do núcleo de Sítio, comunica um pedido de permissão para incluir aqueles que entraram sob a guarda da comissão, nas vagas que faltavam para preencher o número previsto nos contratos dos responsáveis por cada núcleo, chegando a afirmar-se que esse total de vagas seria 1200 em determinado momento. Sabemos por meio dos documentos que esse número de vagas postulados inicialmente foram preenchidos e o contratante ainda emitiu um outro comunicado pedindo autorização para elevar esse número ao total de 1500 indivíduos:

Imagem: (20190725_135128).

“Ilustríssimos Senhores

R. em 3 de outubro de 1878

[?]

Tendo chegado a este núcleo 31[?] emigrantes constantes da relação junta e estando completo o número de 1200 de meu contrato, vou por meio deste pedir autorização para elevar ao número de 1500, isto por que me vejo forçado a suprir por mais um dia aos que vão chegando em tal estado de indigência e moléstia, que são obrigados a demorar-se onde chegam. No caso do governo anuir[?] na elevação deste núcleo sirvão-se[?] dizer-me que destino devo dar a essa gente e aos que forem chegando, e se posso suprir a fim de que eles possam seguir até essa cidade.

Deus Guarde a vossa senhoria

Sítio 2 de outubro de 1878

Ilustríssimos presidente e mais membros da comissão de socorros públicos desta província.

O contratante

Antônio Martins Viana”. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878. SPE. CÓD. 585. ESTN. 05. PRAT. 03).

Portanto, essas listas de emigrantes permitiam aos membros da comissão, a lidar melhor com migrantes, ditos indigentes, facilitando terem maior controle desses homens e a mão de obras disponíveis, já que quando saiam ou morria algum emigrante eles já ficavam ciente e logo já articula a substituição por outros. Vimos que em relação ao quantitativo de pessoas presentes nas listas referentes ao núcleo de Santa Filomena, em maio de 1878, já se encontravam correspondente a quase 1000 do contrato de Raimundo Sinval Vasconcelos.

Nesse ambiente que se estabelece relações entre esses grupos sociais de distintos interesses, temos que questionar sobre como esses interesses afetam o sentido muitas vezes atribuídos pelos setores sociais da administração provincial e das instituições administrativas locais aos pobres e migrantes que aqui viviam ou estavam de passagem.

Podemos tomar como exemplo uma circunstância em que o contratante do núcleo de Santa Filomena, no momento de comunicar sobre a situação da saída, morte e expulsão, sobretudo, neste último caso, como o motivo de algumas dessas pessoas não quererem trabalhar e viverem de furtos, se referindo a elas como vadios e indolentes que tinham tendência à serem preguiçosos:

Imagem: (20190725_135805)

“Santa Philomena 1 3 de julho de 1878

Ilustríssimos Senhores membros da comissão

Incluso remeto duas listas: uma dos que faleceram, sairão e serão expulsos do meu núcleo; e outra dos que em lugar dos mortos e saídos, fiz as substituições de costume. Os motivos para a expulsão de alguns emigrantes, foram os seguintes: que estes sujeitos não só não querem trabalhar, como só querem viver de furtos e entendendo que eu não posso empregar os meios corretivos[?] para uma correção de indivíduos vadios e indolentes, lancei mão deste meio, como [(M.s)] conveniente para estimular a outros, que tivessem tendência para preguiça”. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878. SPE. CÓD. 585. ESTN. 05. PRAT. 03).

Sendo que, nesse caso o sujeito expulso de um núcleo recebe uma espécie de guia, que informam a situação e motivos sobre a ocorrência, assim aquele que obtiver uma expulsão por motivo de furto ou causa de indolência e tendência a preguiça, não conseguiria facilmente uma nova vaga em outro núcleo da comissão, como forma de castigo e punição, pois os núcleos da comissão de socorros públicos, não contratavam sem consultar estas devidas guias, segundo descreve Raimundo Sinval Vasconcelos em uma passagem do mesmo documento da citação anterior:

“Sinto que pessoas nestas circunstâncias que saem por indolentes e preguiçosos sem uma guia minha; ache apoio em um outro núcleo, sem procurarem os vadios que deram motivos a uma expulsão ignorariam[?], a emigrantes nestas circunstâncias, não obstante haver um artigo nem contratos, que proíbe expulsarem um/em[?] núcleo receber emigrantes de outros, sem as competentes guias”. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878. SPE. CÓD. 585. ESTN. 05. PRAT. 03).

E então seguem dessa maneira as relações descritas ao longo da documentação, no que tange o fluxo das saídas, entradas, mortes e substituições, principalmente no núcleo de Santa Filomena. Nesse sentido, é importante enfatizar que em certa medida, há também algumas restrições e ações que partem mais dos membros participantes da administração provincial, já que os contratos seguem algumas normatizações estabelecidas por estes.

Se mesmo observarmos minuciosamente esse ponto vemos que o contratante se tornar um intermediário entre o presidente da província e os pobres e migrantes

trabalhadores, para melhor execução dessa política assistencialista e caritativa do ponto de vista desses que buscaram exercer as vontades e interesses dos que ocupavam esses espaços de poder na sociedade piauiense na segunda metade do século XIX.

Nesse direcionamento, tivemos contato com um estudo que vem contribuindo muito com nossa proposta de análise, voltada para tentar compreender acerca das condições sociais desses “homens” pobres que viviam na província. Trata-se, portanto, da estudiosa Maria Mafalda Balduino Araújo, principalmente em seu texto intitulado: Cotidiano e pobreza: A magia da sobrevivência em Teresina.

Só lembrando que essa autora foi a estudiosa que até o momento se direcionou mais rumo à temática da pobreza durante a seca de 1877-79 em Teresina. Embora para isso, desdobra-se na análise de outra documentação em que aparece muitas dessas características nos relatos sobre a vida dos pobres e migrantes e os ditos desvalidos da seca, ou seja, daqueles retratados pelos os contratantes do núcleo como indigentes como visto no início do capítulo, dessa forma essas pessoas foram personagens bastante presente nos discursos dos jornais de época, um dos principais documentos referidos pela autora do texto.

Há dois momentos em que esse estudo nos foi bem recorrente: na reflexão sobre a noção de pobreza e na relação da pobreza com a seca, por destacar todo aquele drama vivido, causado devido aos impactos da seca, danos que já foram discutidos no capítulo anterior. E o segundo momento é quando a autora aponta e discute sobre algumas ações de caridade e assistencialismo realizadas no momento, sendo que ela traz uma proposta muito interessante que é a inclusão desses sujeitos históricos nas relações sociais estabelecidas em seu tempo e espaço.

No caso da sociedade de Teresina, Araújo afirma que o cenário criado pelos migrantes, provocou um tom ameaçador pela quantidade de pessoas sem alimentos e trabalho, que ocupavam as ruas, assim o governo procurava diminuir esse fluxo intenso de migrantes, tentando mandá-los de volta dessas terras, e ou criando meios de trabalho para demanda restante. Perante essas afirmações, ela reflete que:

“Não resta dúvida de que a primeira providência para aliviar as tensões sociais, decorrentes do grande contingente de trabalhadores sem alimentos e sem trabalho, concentrados numa cidade pequena, cujo mercado de trabalho era bastante reduzido. A segunda aparecia com objetivos claros de submeter os pobres a vigilância, através da disciplina imposta pelo trabalho. Dessa forma, retiravam das ruas o espetáculo da pobreza”. (ARAÚJO, p. 77, 2010).

Segundo aponta o fragmento, vimos que nesse ponto destacado pela autora, vai de encontro aquilo que vínhamos acompanhando na documentação que estamos estudando, que mesmo sendo produzidos pelos membros da comissão, são preenchidos de sentidos que demonstram essa preocupação colocada nesse fragmento acima.

Portanto, partindo dessa noção sobre as práticas caritativas e assistencialistas, são problematizadas colocando em ênfase a questão do trabalho como instrumento utilizado como forma de tirar essas pessoas das favoráveis condições de possíveis criminalidade como o roubo, o furto, e com isso criar condições favoráveis a formação de um quantitativo significativo de mão de obra, além de instruir esses homens ao costume à prática do trabalho regular e de baixo custo.

Apesar de enveredar pelo estudo da criação do Colégio dos Educandos de Artífices em Teresina, ainda sobre as assistências a autora assinala que:

“A família pobre, pela sua indigência econômica, era incapaz de educar seus próprios filhos. Entretanto, não era meta da sociedade teresinense transformar concretamente a situação social em que se encontravam as famílias dos meninos pobres e, sim, afastá-las da ociosidade e dar-lhes trabalho, para não mendigarem. Se o governo assistia a essas crianças através da criação do Colégio dos Educandos Artífices, a sociedade igualmente assistia através de obras filantrópicas”. (ARAÚJO, 2010, p. 99).

Como demonstrado nessa citação acima, o modo pelo qual a elite piauiense no caso de Teresina empreende meios de criação de outros instrumentos com o intuito de construir uma espécie de mão de obra melhor qualificada através desses colégios estudados por Araújo, em outro momento ela enfatiza esses “caminhos” que estavam sendo traçados nesse contexto por essa sociedade na transformação da relações sócio históricas em que esses grupos sociais estavam imbuídas, de acordo descrito logo abaixo:

“Pela investigação que realizamos, podemos concluir que as instituições Colégio dos Educandos Artífices e Asilo dos Alienados foram criadas como instrumentos de disciplina da vida urbana, fruto do medo e da insegurança provocado pelo imaginário das elites dirigentes de Teresina”. (ARAÚJO, 2010, p. 112).

É nesse sentido que iremos nos voltar no tópico seguinte de nossa reflexão; mediante os acontecimentos que foram encontrados nos livros dos contratantes da comissão de socorros públicos no Piauí, a partir dessa noção colocadas em discussão levantadas pela autora citada ainda a pouco.

2.2. A atuação da comissão de socorros públicos na seca de 1877-79; seus “rumos e reviravoltas”.

Nesse último tópico, acredito ser relevante trazer um balanço que possibilite relacionar como essas práticas atuavam diante do contexto social em que esses “homens” estavam inseridos. Assim podemos nos questionar sobre o funcionamento dos efeitos de sentidos perante a seca, ou como e por que esses discursos em torno do enfrentamento dos problemas citados anteriormente, ganharam ares e passaram a intervir ou influir nas configurações da organização social, do trabalho e da caracterização da moralidade perante a questão da disciplina e da resistência desses grupos sociais analisados.

Portanto, como vínhamos a discutir sobre como se deu a instalação e atuação da comissão nesse período da seca, sabemos então que a existência desses ares de caridade de acordo aparece nos documentos, sobretudo, quando se refere aos alimentos, roupas e medicamentos distribuídos entre os migrantes e pessoas desvalidas da seca.

Entretanto vimos no primeiro capítulo que nesse momento as doenças como febres intermitentes atingiam a população geral sem distinção de ricos e pobres como está presente nos manuscritos, no entanto, diante da situação de miséria em que se encontravam os migrantes e “desvalidos”, sendo que estes se encontravam em condições mais vulneráveis à morte, pela dificuldade de acesso a medicamentos, médicos, e de estarem já fracos devido a fome que os afetava profundamente devido à escassez de alimentos, já que como nos alerta Thompson que em períodos de escassez a certa elevação no preço dos alimentos e também diversificação nas formas de resistência sendo um deles o furto desses gêneros no mercado, tal como de animais utilizados para alimentação dos famintos.

Mas voltando a questão do trabalho; como abordamos agora a pouco que no decorrer da segunda metade do século XIX no Império brasileiro, foram ocorrendo na sociedade piauiense uma série de acontecimentos visando a construção de um mercado de trabalho e a formação de mão de obra “livre”, com o avante projeto liberal que se diz “modernizante” das estruturas político administrativas desse contexto provincial.

Desse modo, a “elite” piauiense que ocupou esses espaços administrativos da província, juntamente com esses proprietários dos quais faziam parte dessa elite ou estavam intimamente ligados a ela, os quais também estavam interessados nesse modo de condução da situação da aglomeração de migrantes e pessoas pobres nesse momento.

Então alguns desses sujeitos que atuaram nesse projeto político, estão entre os personagens de nossa pesquisa, sendo eles que realizavam a comunicação com o presidente

da província, de acordo também apareceram nos estudos de Maria Mafalda Balduino de Araújo:

“Durante os anos de estiagens (1877-79) existiram vários núcleos coloniais. No relatório de 1877, o presidente Graciliano de Paula Batista informou que os proprietários capitão José Ferreira de Vasconcelos, capitão Raimundo Sinval de Vasconcelos, alferes Custódio José da Cunha, tenente-coronel Antônio Martins Vianna e Major Thomas de Aguiar Catanhede foram os primeiros a oferecer suas propriedades ao governo para aceitar imigrantes que estivesse “apto para a lavoura””. (Idem, 2010, p. 77).

Nesse momento, ou seja, em 1878 quando a presidência da província foi assumida por Sancho de Barros Pimentel, período em que a política assistencialista está em alta devido ao grande número de pobres e migrantes na província, como podemos perceber com as exaustivas listas de pessoas assistidas pelos diversos núcleos da comissão espalhados pela província.

Contudo, podemos observar que inicialmente a atuação da comissão não parecia tão bem articulada como iria se tornar a partir do ano de 1878, quando já existem alguns serviços em obras públicas e também a utilização de grande quantidade sujeitos também em outros serviços como na lavoura e plantio nas fazendas de parte desses próprios contratantes e encarregados dos núcleos da comissão.

Uma questão pertinente a ser melhor refletida aqui, é que esses membros da comissão de socorros faziam parte da elite piauiense, além de serem os donos de propriedade e patentes importantes, ou seja, além da função de contratantes eles também estavam interessados em manter a ordem social, buscando evitar a vadiagem, os furtos, e a indisciplina de forma geral ao qual era atribuídos a essa gente pobre que se encontravam à margem do trabalho formal, ou seja, do mercado de trabalho em construção e desenvolvimento nesse período.

Além do mais ainda tinham a possibilidade de moralizar e educar esse povo, mediante as normas de civilidade que favorecessem a formação, e fomentação do uso desses sujeitos no trabalho regular, ao invés do trabalho de subsistência como pessoas livres, como roceiros e outras atividades ligadas a esse setor, já que esses estavam em uma condição de dificuldade, em muitos casos obrigando-se a se adaptar a essas formas de trabalho exploratórias, nessas circunstâncias alguns praticavam furtos, ou outras formas de desobediências e eram punidos e castigados, com pode ser constatado no seguinte relato:

“Ilustríssimos Senhores

Levo a presença de vossos senhores uma lista de onze imigrantes que despede hoje, deste núcleo por causa de terem o mau hábito de pegarem no alheio e terem prometido na minha presença darem uma sova de pau no imigrante Sátiro[?] Manoel da Costa por ter este descoberto um furto que eles tinham feito de um capadinho.

Deus Guarde a vossos senhores mais anos

Ilustríssimos senhor presente e mais membros da comissão de socorro público.

Fran[?] Martins Nascimento.”

Sítio 12 de Abril de 1878. (APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878. SPE. CÓD. 585. ESTN. 05. PRAT. 03).

Entretanto, esses migrantes não eram passivos, não se adaptaram totalmente a esses moldes de disciplinas que os administrantes tentavam impor-lhes, houveram caso de furtos, fugas, apesar de mesmo em alguns casos tendo de ceder um pouco de sua “liberdade” de ação por causa da necessidade de alimentos e outros itens, eles aparecem em muitos casos causando preocupação a administração da província, pois tiveram que ir criando meios para que os pobres vistos como perigosos, não provocarem maiores incômodos as “elites” locais como o motim e outros modos mais radicais de lutas e resistência a essas duras condição de sobrevivência durante a seca de 1877-79.

Considerando esses fatores, é possível afirmar que as ações assistencialistas e caritativas, teve uma face dita assistencialista pela forma como foi se constituindo, mas que não foi o que predominou como interesse da comissão ao longo da seca, assim como foi vista e assimilada com a questão da caridade pública, pelo impacto que chegou a causar na sociedade, da discussão e sua disseminação na província.

Por fim, vimos então que esses acontecimentos estavam carregados de reviravoltas e contradições de sentidos e intenções na atuação da comissão e na sociedade piauiense, visto também e principalmente como estratégia de vigiar e “controlar” essa massa de gente vista como perigosos, mas afinal na sua maioria não passavam de trabalhadores, roceiros e pobres “livres” atingidos pelos problemas da seca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos com nossa análise crítica reflexiva que na província do Piauí no final do século XIX, assim como ocorreu em outras províncias localizadas no Norte, vistas em estudos como os de Frederico Castro Neves e Vanessa de Castro Ferreira entre outros, que houve grande circulação de migrantes, em busca de melhores condições de sobrevivência, sobretudo, em decorrência do crescimento da crise, causada em decorrência da seca de 1877-1879.

No caso da província do Piauí onde a comissão de socorros públicos teve atuação bastante presente em suas principais vilas; Oeiras; Teresina; Marvão; Capitão Imperial; Campo Maior; Santa Filomena; Pedro II, entre outras, dessa maneira tivemos bastantes registros marcando a presença dos problemas dessa crise, como doenças, fomes e mortes, além da intensificação dos conflitos sociais, furtos, castigos, disciplina, resistência e exploração do trabalho.

Já em relação às formas de atuação da comissão, detectamos diferentes formas de intervenção, como; o fornecimento de alimentos; roupas; medicamentos e trabalho. Segundo as informações que constam nos documentos, podemos observar que haveria primeiramente a preocupação em reduzir os efeitos da crise, provocadas em decorrência das más condições climáticas, mas desde então, já acompanhados pelos discursos legitimadores e propagadores dos preconceitos contra os pobres vistos como indigentes e preguiçosos, noções que só foram se disseminando cada vez mais nos discursos da época, tanto nos oficiais como em outros meios como o da imprensa.

Também notamos que o prolongamento das estiagens ao longo do segundo ano de seca, em que viviam um momento no qual a comissão de socorros públicos, precisou rever certas maneiras de lidar e conduzir aquelas ações ditas de caridades e assistencialismos prestados aos pobres e migrantes da seca, assim sendo, inserindo novas estratégias de controle dessa massa.

Portanto, os núcleos das comissões, começaram a receber de modo mais constante ordens para cessarem os mantimentos distribuídos entre os pobres e migrantes, além de propor que os núcleos da comissão fizessem com que parte dessa gente presentes na província fossem encaminhadas de volta de onde vieram e o restante direcionada para os locais de trabalho.

Outro aspecto interessante que confirmamos com análise da documentação, é que no caso da província do Piauí a maioria dos migrantes notificados vinham da província vizinha, a do Ceará, e que o uso dessa mão de obra nos serviços públicos e privados também impulsionou nessas mudanças nas relações de trabalho, ou seja, na formação e desenvolvimento do trabalho regular além disso contribuiu nas configurações da noção de assistencialismo e caridade correlacionada a questão do trabalho.

É válido ainda, ressaltarmos que as ocupações que passaram a praticarem nesses locais de trabalho foram variadas: serviços de tiragem de madeiras, trabalho de lavouras, servente ou ajudante e ferreiros nas construções, como a do cemitério e hospital da capital, que são abordados com mais frequência nos manuscritos. Mesmo esses trabalhadores podendo ainda ocuparem funções semelhantes ou parecidas com as que já estavam acostumados em alguns casos, as intenções e formas de lidar com o objetivos dessas atividades podem não serem tão similares assim, nem equivalentes ao modo praticado de maneira mais autônoma ou melhor para subsistência e sobrevivência familiar, em que poderiam buscar diferentes formas de recursos para sobreviverem, sem precisarem se vincular as assistências e caridades em “ação”, ou a exploração do trabalho.

Por conseguinte, pudemos observar quais os principais pontos de contatos com outras províncias, como a província do Maranhão, de Pernambuco e do Ceará, sendo que a maioria dos migrantes que aqui estavam residindo, vieram da província vizinha; Ceará.

Outro elemento importante que detectamos e abordamos foram as características sobre as atividades desenvolvidas pelos migrantes, partindo por fim para reflexões sobre a relação entre as práticas de assistencialismo e a questão do trabalho, neste ponto tomamos notas sobre a problematização da ideia de assistência pública que ainda não se mostrava de forma bem organizada e definida formalmente, mas, sim por meio de algum tipo de intervenção dos domínios da administração provincial, que se dava muito mais na esfera dos costumes consuetudinários.

Portanto, desde o início vínhamos demonstrando que essas relações se baseiam em acordos estabelecidos no nível do costume, pois esses espaços ainda estavam se constituindo gradualmente por meio de leis, ao longo processo de emancipação política administrativa da província, diante do desenrolar desses acontecimentos que foram ocorrendo através de diversas investidas com projetos e leis em diferentes momentos e situações no decorrer do século XIX.

Foi então a partir do contato com a documentação e trabalho que desenvolvemos até então, que tivemos a oportunidade de buscar decifrar mais alguns traços da identidade sócio histórica desses grupos sociais, ao mesmo tempo que pudemos observar através das lutas sociais entre esses diferentes grupos que foram responsáveis por parte dessa história, a qual devemos nos voltar, para melhor compreender a nossa própria história e formação social dessa província e desse povo.

Assim, dado os desafios enfrentados ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho de pesquisa na lida com as fontes históricas, pudemos obter algumas informações importantes, para que pudéssemos melhor refletir sobre o universo social dessas pessoas, pensando através das práticas de assistencialismo e caridade prestadas aos pobres e migrantes nesse período que foi de grande importância para o saber histórico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina, Piauí**: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Charlene Veras de. **A formação do Mercado de Trabalho no Piauí: a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado - 1871-1930**. 2016. P.123. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BARBOSA, Edson Holanda. **A Hidra Cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte. (1887-1884)**. 2013. P. 254. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

BORGES, Jóina Freitas. **A História Negada: em busca de novos caminhos**. Teresina: FUNDAPI; 2004, (Coleção Grandes Textos).

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. A Seca de 1888/1889 e Seus Efeitos Sobre a Vila de Amarração: **deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí**. Cordis. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p. 260-291, jan./jun. 2018.

CABRAL, Ivana Campelo. Bandidos, Bêbados e Desordeiros: Trabalhadores Livres no Piauí Rural Escravista (1850-1888). In: João Kennedy Eugênio, et al. (Org.). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014. Cap. 4, p. 87-110.

CABRAL, Ivana Campelo. O vínculo com a terra e as diferentes categorias de trabalhadores rurais livres no Piauí oitocentista. **Vozes, Pretérito & Devir**. Ano VII, Vol. XI, Nº I (2020). P. 147-167.

CHRISTILLINO, AL. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB., org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 57-84.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e Compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense. (1915-1919)**. 2009. P. 153. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. Tradução de Federico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

JÚNIOR, Darlan de Oliveira Reis. Usos e abusos no mundo do trabalho: A desclassificação social dos trabalhadores na região do Cariri, Província do Ceará (século XIX). **História Unisinos**. Vol. 23 Nº 2 - maio/agosto de 2019. P. 242-254.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] **cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. P. 361. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” E “Perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1887. **Proj. História**, São Paulo, (27). P. 167-189, dez. 2003.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**: Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. (Coleção Grandes Textos, v. I, e II).

NUNES, Francivaldo Alves. Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (Caso da seca de 1877). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I, p. 01-11, julho de 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: Peter Burke (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Cap. 2, p. 39-62.

SILVA, Rodrigo Caetano. A fragmentação da Escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. **Vozes, Pretérito & Devir**. Ano V, Vol. VIII, Núm. I (2018).

SAMARA, E. de M. (org.). **Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. **História e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte, 2010.

THOMPSON, E, P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 2º Reimpressão. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. II, **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Tradução Renato Busatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES:

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878. SPE. CÓD. 585. ESTN. 05. PRAT. 03).

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1878. SPE. CÓD. 586. ESTN. 05. PRAT. 03).

(APEPI. Dos contratantes dos Núcleos/Comissão de Socorros. Anos: 1877-1878. SPE. CÓD. 593. ESTN. 05. PRAT. 03).



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, **FRANCISCO EVERTON ALVES**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação: **PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTENCIALISMO AOS POBRES E MIGRANTES DA SECA NO PIAUÍ (1877-1879)**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 14 de agosto de 2023.

Francisco Everton Alves

Assinatura

Francisco Everton Alves

Assinatura